

Previsão indica trimestre chuvoso no Piauí

A expectativa no estado é de chuvas dentro da normal climatológica

A previsão climática para o primeiro trimestre de 2026 no Piauí indica um cenário de chuvas irregulares e variações significativas no volume de precipitação ao longo do território estadual, com partes do estado podendo registrar volumes dentro da média histórica e outras áreas com tendência a chuvas abaixo do normal para a estação.

Estudos climáticos elaborados pela Sala de Monitoramento e Previsão de Eventos Climáticos (SAMPECE), vinculada à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), indicam que as chuvas mais significativas devem se consolidar apenas a partir de janeiro de 2026, quando a estação chuvosa se instala de forma mais consistente no estado, possibilitando acumulados próximos ou acima da média em algumas regiões.

De acordo com essa análise, durante janeiro, fevereiro e março, o comportamento das pre-

cipitações será influenciado por condições atmosféricas e oceânicas, como a atuação de sistemas de convergência de umidade e a transição climática do verão, que favorecem a formação de chuva no Nordeste. No entanto, apesar dessa tendência geral de regularização das chuvas com a mudança da estação, o Sul e Sudoeste do Piauí, assim como parte do Sudeste estadual, podem apresentar volumes abaixo da média climatológica ao longo do trimestre, enquanto as regiões do Norte, Centro-Norte e áreas do Sudeste podem registrar precipitações mais próximas do histórico ou com oscilações pontuais.

A meteorologista Sônia Feitosa explica que esse padrão climático prevê um trimestre com precipitações que, em muitas áreas, ficarão mais próximas da média histórica, embora não estejam descartadas variações regionais significativas. Segundo ela, “as chuvas podem variar, mas

sem grandes desvios daquilo que é considerado normal para essas regiões”, destacando que a projeção se baseia em tendências observadas em modelos climáticos e dados hidrometeorológicos. Esse comportamento reflete a complexa dinâmica entre os sistemas atmosféricos que influenciam o Nordeste brasileiro durante o verão, incluindo a interação entre a Zona de Convergência Intertropical, a Zona de Convergência do Atlântico Sul e a distribuição de umidade sobre o continente.

Em contrapartida, áreas do Estado com histórico de chuvas mais escassas no início da estação, como partes do Sul e Sudoeste piauiense, podem continuar registrando índices pluviométricos abaixo da média no primeiro trimestre do ano, o que demanda atenção dos órgãos de gestão de riscos e recursos hídricos.

A especialista ressalta que chuvas abaixo da normal climatológica não significam ausência de

precipitações, mas sim volumes aquém dos padrões históricos, o que pode impactar a recarga de reservatórios, o abastecimento de água e atividades produtivas locais, caso o padrão se mantenha por períodos prolongados.

Frente a esse cenário heterogêneo de precipitações, a Secretaria de Estado da Defesa Civil do Piauí (Sedec) tem intensificado o monitoramento e orientado os municípios sobre a importância de ações preventivas antes e durante o período chuvoso.

O diretor de Prevenção e Mitigação da Defesa Civil, Werton Costa, destaca que as ações priorizam as áreas mais vulneráveis, como comunidades ribeirinhas, entorno de barragens, zonas urbanas com problemas de drenagem e trechos rodoviários suscetíveis a alagamentos e deslizamentos. Segundo ele, “a antecipação é fundamental para proteger vidas, garantir mobilidade e reduzir impactos econô-

micos e sociais durante o período chuvoso”, ressaltando a necessidade de planos de contingência e planos municipais de resposta a desastres naturais que devem ser revisitados e ativados conforme a evolução das chuvas.

Recomendações

A Sedec também recomenda que cada município ative seus planos de contingência locais, com base em checklists técnicos já encaminhados às defesas civis municipais, e estabeleça sistemas de comunicação eficazes com a população para alertas e orientações. A colaboração entre os entes públicos e a participação ativa da comunidade são consideradas elementos chave para mitigar os efeitos adversos de eventos hidrometeorológicos, proteger vidas e preservar a infraestrutura pública e privada durante todo o trimestre chuvoso. Esse conjunto de medidas reflete a importância de uma gestão integrada.



A Defesa Civil estadual monitora o cenário de forma permanente

Alagoas inicia em janeiro o chamado “vazio sanitário” da cultura da soja

A Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas (Adeal) informou que no dia 10 de janeiro terá início o período de vazio sanitário da cultura da soja em todo o estado, que se estenderá por 90 dias consecutivos, com término previsto para 10 de abril. Durante esse intervalo, é proibido o plantio da soja e a manutenção de plantas vivas da cultura em qualquer fase de desenvolvimento, incluindo plantas voluntárias que brotem espontaneamente nos campos, como forma de evitar a sobrevivência do fungo causador da ferrugem asiática.

A medida fitossanitária, aplicada anualmente em Alagoas e em outras unidades da federação, integra as estratégias de defesa vegetal para interromper o ciclo

reprodutivo do fungo *Phakopora pachyrhizi*, responsável pela ferrugem asiática da soja — uma das doenças mais severas que afetam essa cultura no Brasil e no mundo, capaz de causar desfolha precoce, reduzir a produtividade e levar a perdas significativas na safra seguinte caso não seja controlada adequadamente.

De acordo com o Núcleo de Defesa Vegetal da Adeal, a proibição é válida para toda a extensão territorial de Alagoas, com atenção especial às áreas produtoras do grão. Ao longo dos 90 dias de vazio sanitário, os produtores rurais devem garantir que não haja qualquer plantio ou presença de plantas voluntárias de soja no solo, sob pena de sanções administrativas previstas na legislação de defesa agrope-



Medida visa interromper o ciclo reprodutivo do fungo

cuária estadual. O vazio sanitário está previsto no âmbito do Programa Nacional de Controle da Ferrugem Asiática da Soja (PN-CFS), instituído e atualizado pelo Ministério da Agricultura

e Pecuária (Mapa) por meio da Portaria nº 1.124/2024 e de seus atos normativos subsequentes, que estabeleceram o período de vazio sanitário e o calendário de semeadura da soja para a safra

2025/2026. Esse programa, executado pelos Órgãos Estaduais de Defesa Sanitária Vegetal em articulação com o Mapa, estabelece medidas estratégicas de defesa sanitária vegetal com suporte da pesquisa científica e da assistência técnica, com o objetivo de reduzir ao máximo possível o inóculo da ferrugem asiática antes do início da próxima safra. O intervalo de vazio sanitário — que deve ser observado sem interrupções — é considerado uma ferramenta essencial para o manejo integrado dessa doença, pois limita a presença do hospedeiro vivo do fungo no campo. Sem plantas vivas de soja para sustentar o ciclo do patógeno durante a entressafra, a pressão da doença tende a diminuir, o que pode reduzir a necessidade de aplicações intensivas.